



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS  
Salvador - BA - Brasil

---

PRÁCTICAS ARQUITECTÓNICAS RESILIENTES E INCREMENTAL HOUSING EM  
ASSENTAMENTOS INFORMAIS - O PAPEL DE ONGS NO BRASIL.

**A.Nuno MartinsAline Rocha**



PRÁTICAS ARQUITETÔNICAS RESILIENTES E *INCREMENTAL*  
*HOUSING* EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS:  
O PAPEL DE ONGS NO BRASIL

**RESUMO:** Protagonizando uma via alternativa aos programas de realojamento massivo e à autoconstrução do tipo *incremental housing*, algumas organizações não governamentais vocacionadas para o tema da reabilitação urbana, têm priorizado o trabalho com as comunidades em assentamentos informais, em processos conduzidos por equipes multidisciplinares. Para ilustrar estas abordagens e questionar o papel desempenhado pelas ONGs, selecionaram-se dois estudos de caso. Em São Paulo (SP), com início em 2005, a ONG local Rede InterAção assessorou o realojamento de 584 famílias que moravam em uma das muitas favelas de Osasco. No Rio de Janeiro, desde 2009, a ONG Soluções Urbanas vem atendendo 351 famílias oferecendo assistência técnica para melhorias habitacionais através do projeto Arquiteto de Família, o qual sublinha a promoção da saúde e a redução do risco de desastres. Os métodos adotados baseiam-se em trabalho de campo, levantamentos, entrevistas e inquéritos às famílias. A partir de uma análise comparativa, evidencia-se as ferramentas de inovação social, tais como auto-recenseamento, fortalecimento comunitário, aprendizagem experiencial, questões de gênero, medidas de redução de risco de desastres, *co-design* e mapeamento, utilizadas por ONGs de atuação ao nível local, no sentido de melhorar as áreas informais e construir a resiliência das comunidades.

**Palavras-chave:** Melhorias habitacionais em favelas. *Incremental housing*. ONGs.

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações.



## 1. INTRODUÇÃO

No chamado Sul global, à medida que o fenômeno da urbanização prospera e as cidades crescem, os assentamentos informais crescem exponencialmente, quer nas franjas, quer nos interstícios urbanos, perpetuando antigos problemas e colocando novos desafios. Mas de que forma específica, com que modelo de gestão estão a crescer, ou a transformar-se, estas áreas de precariedade no contexto geográfico brasileiro? Três tendências se apresentam dominantes. Por um lado, o sistema da autoconstrução (LARA, 2012), baseado na iniciativa livre e individual e no senso comum, e que manifesta um conceito definido na literatura técnica e científica como *incremental housing* (GREENE *et al*, 2008). Por outro, os programas de realojamento como expressão de políticas públicas centradas na remoção de casas precárias e bairros críticos e oferta massiva de habitação, ainda que a custo do deslocamento das famílias do seu local de residência (MAGALHÃES *et al*, 2012). Protagonizando uma terceira via, algumas organizações não governamentais vocacionadas para o tema da reabilitação urbana têm priorizado o trabalho com as comunidades locais, em processos conduzidos por equipes multidisciplinares, com presença destacada de técnicos sociais e arquitetos. Para ilustrar estas abordagens alternativas, questionar o papel desempenhado pelas ONGs locais e, finalmente, procurar influenciar a política urbana e habitacional, foram selecionados dois estudos de caso: a Rede InterAção em Osasco, São Paulo (SP) e a Soluções Urbanas em Niterói, Rio de Janeiro (RJ).

Como traço comum entre estas ONGs, pode-se destacar o caráter de inovação social (MARTINS, 2015) e os métodos de participação comunitária (HAMDI, 2006) para atuação em assentamentos informais. Os exemplos selecionados apresentam padrões, realizações e lacunas em suas abordagens de *slum upgrading* (PEARLMAN, 2010). A partir de uma análise comparativa, torna-se claro como as ONGs locais, ao incorporar ferramentas de inovação social, tais como: fortalecimento comunitário; aprendizagem experiencial; questões de gênero; medidas de redução de risco de desastres e mapeamento; incorporam métodos alternativos e soluções realistas de regeneração urbana e habitacional mantendo como objetivo a construção de comunidades resilientes (LIZARRALDE, 2010). Este conceito de comunidade ganha um impulso decisivo com a campanha “construindo cidades e comunidades resilientes” promovida pelas Nações Unidas através da UNISDR no âmbito da



iniciativa Campanha Internacional para a Redução do Risco de Desastre, Cidades Resilientes 2010-2015. Nos últimos anos milhares de cidades em todo o mundo tem vindo a aderir a esta campanha e a adotar, em conformidade, um conceito de resiliência que sublinha a importância de capacitar as cidades e suas comunidades na temática do risco. De acordo com o conceito expresso pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastre (UNISDR) a resiliência visa antecipar, mitigar os impactos causados por fenômenos naturais ou causados pela ação humana, e dar resposta adequada, retornando o mais rapidamente possível ao estado anterior ao impacto sofrido:

“Resiliência, a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a riscos de resistir, absorver, acomodar e recuperar-se dos efeitos e ameaças em tempo hábil e eficiente, por meio da preservação e restauração de suas estruturas essenciais e funções básicas (UNISDR, 2012).”

## 2. MÉTODOS

A pesquisa centra a abordagem social das questões de sustentabilidade relacionadas aos processos de construção e reconstrução de moradia. Tendo presente os diferentes acessos às comunidades e de informações recolhidas, foram consideradas estratégias e ações para cada estudo de caso (YING, 2009). As primeiras entrevistas foram realizadas a informantes-chave segundo uma seleção feita pelos próprios autores a partir da sua participação ou conhecimento direto dos processos. A partir daqui seguiu-se a técnica *bola de neve*, em que os entrevistados sugerem novos entrevistados cujo testemunho se presume ser relevante. Esta técnica está em linha com a teoria indutiva sobre construção de análises (MILES e HUBERMAN, 1994).

No exemplo de SP, cidade Osasco, na comunidade Portais dos Campos, foram selecionados sete informantes-chave com o apoio dos principais representantes da ONG RedeInterações. A seleção incluiu um líder comunitário, um técnico de ONG, um ex-líder de ONG, um ex-funcionário local, um técnico de trabalho social local e um arquiteto municipal. Através de entrevistas semiestruturadas, esses informantes foram questionados sobre o processo e sua participação pessoal. Cada entrevista é um testemunho valioso e único sobre os diferentes papéis desempenhados pelos *stakeholders* ao longo das três fases do processo:



durante o período de arranque da organização da comunidade quando ainda habitam o assentamento precário (2004-2009); durante a fase de demolição dos barracos e construção das novas casas, momento em que as famílias foram espalhadas pela cidade beneficiadas por subsídio governamental para o aluguel ('bolsa-aluguel', 2009-2012) e; finalmente, após a urbanização da favela e o realojamento dos antigos moradores no 'novo bairro' (2012-2016). Os entrevistados forneceram ainda outras informações sobre as principais questões presentes ao longo do processo, o que permitiu a construção de um questionário relativo a tópicos de sustentabilidade social, posteriormente aplicado aos membros da comunidade. Sob a forma de entrevistas semiestruturadas trabalhou-se com uma amostra de vinte 'moradores' selecionados de forma aleatória a partir de uma primeira indicação de um dos líderes comunitários. Procurou-se alguma diversidade na escolha dentro da limitação de apenas poder abordar pessoas que voltaram para casa ao fim da jornada de trabalho, ao longo dos seis dias em que decorreu o trabalho de campo.

No caso do RJ, cidade de Niterói, no Morro Vital Brasil, a seleção dos oito informantes-chave, realizada com apoio da ONG Soluções Urbanas incluiu dois técnicos de ONGs, o diretor de uma instituição semi-pública que patrocinou o projeto, um arquiteto, uma assistente social, um empreiteiro local, um representante da empresa fabricante de cimento parceira do projeto e um membro do corpo docente de uma universidade pública local (Universidade Federal Fluminense) que participou das pesquisas laboratoriais. As entrevistas tiveram duração média de uma hora. Forneceram informações detalhadas e personalizadas. Permitiram aferir os tópicos e questões específicas a abordar em novo questionário desenhado aos moradores. A amostra de dez famílias selecionadas fazia parte de uma seleção maior feita anteriormente pela ONG SU. Todas elas beneficiaram diretamente do Projeto Arquiteto de Família tendo vista as suas casas melhoradas, em maior ou menor expressão. Na fase de trabalho de campo, a seleção final foi em grande parte influenciada pela disponibilidade limitada dos moradores, muitos com empregos no centro da cidade. A localização de algumas casas e barracos no topo do morro, com acesso difícil por vielas e carreiros íngremes e precários; o intenso calor; e por último, mas não menos importante, as questões de segurança, relacionadas com a onipresença de elementos armados pertencentes ao crime organizado, condicionaram, mas não impediram que o trabalho fosse realizado dentro das metas definidas.



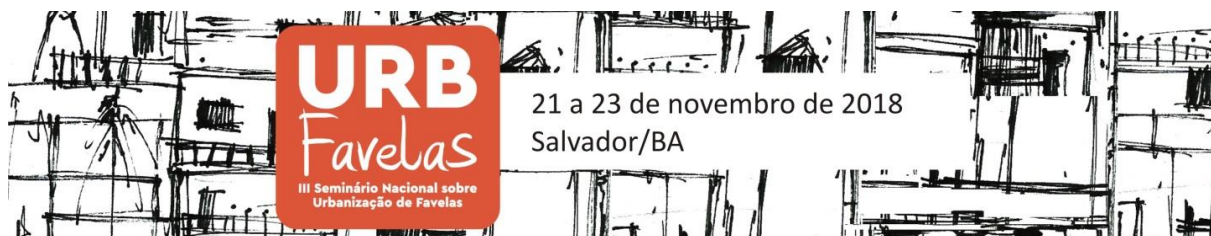
Em ambos os casos, SP e RJ, a fase subsequente consistiu em analisar as respostas ao questionário cruzando as respostas com as entrevistas aos informantes à luz dos principais objetivos da pesquisa: a busca de significados e percepções individuais de *stakeholders*, sobretudo moradores, em relação às questões de sustentabilidade, com ênfase no vetor social. Entrevistas com *stakeholders* foram realizadas por *e-mail* em dois casos e, sendo assim, os entrevistados receberam *feedback on-line* para esclarecer as perguntas e solicitaram que preenchessem suas respostas com explicações, justificativas e alguns dados. A informação recolhida destina-se a criar um banco de dados sobre questões de sustentabilidade social de áreas informais e melhoramento de bairros degradados.

### **2.1. Caso 1. ONG Rede InterAção em Portais do Campo, Osasco, S.Paulo, Brasil**

A ONG local Rede InterAção, é a representante no Brasil da *Slum Dwellers International* (SDI), da qual adota métodos de fortalecimento comunitário (MITLIN e PATEL, 2010). O estudo incide sobre o processo de realojamento de 584 famílias que viviam em Portais, uma das muitas favelas de Osasco, uma cidade satélite de SP capital, com mais de 800 mil habitantes onde parte importante da população - estima-se bem mais de 100 mil - vive em assentos informais.

O processo começou com a ocupação informal de um terreno privado na periferia de Osasco, no conglomerado de favelas localmente conhecido como Portais, com um acordo de leniência com a Prefeitura em 2002 (ver fig.1). A participação da ONG Rede InterAção teve início em 2000 e compreendeu:

- em 2002 a organização e mobilização das comunidades para o processo de reivindicação (2005)
- em 2006, apoio ao auto-censo comunitário
- em 2007, o desenvolvimento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)
- em 2008, assistência às obras de construção
- em 2010, voltar a acompanhar para a evolução das obras



Em dezembro de 2015, o município entregou 430 casas de um total de 584. Foram também construídos 21 espaços comerciais. A área total construída alcança os 69 304m<sup>2</sup>. A densidade da área circundante é de 106,6 habitantes / ha e a do projeto Portais do Campo de 533 habitantes / ha. Cada unidade habitacional é composta por uma cozinha (separada), sala de estar, dois quartos, lavanderia e um banheiro completo. Os *tipos arquitetônicos* incluem casa de terraço de um ou dois andares, duplex e os apartamentos. Os terraços têm um pátio. As casas anteriores, barracas de madeira sem ligação a infraestruturas e acesso a serviços básicos, estavam altamente expostas aos riscos de inundação, incêndio e outros. A Secretaria Municipal de Habitação de Osasco liderou o processo de urbanização da favela utilizando recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo regional. O projeto do novo bairro foi de autoria do prestigiado arquiteto Hector Vilglieca, contratado pelo município de Osasco através de um concurso público de construção e projeto. Além das casas, o projeto urbano e habitacional inclui um centro cultural, uma escola primária e secundária, um centro comunitário para coleta e separação de resíduos e um jardim de infância.

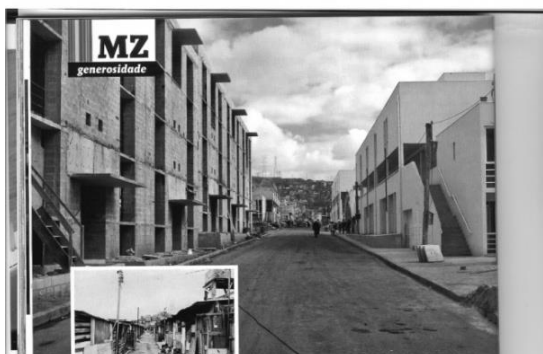
A Rede InterAção iniciou o seu envolvimento através da realização de um diagnóstico e mapeamento participativos que compreendia três ferramentas principais: o auto recenseamento, o perfil social e o mapeamento comunitário. Este trabalho uniu os moradores em torno de causas comuns e reforçou o conhecimento coletivo, o que, por sua vez, revelou-se essencial para desencadear o debate sobre estratégias e ações comunitárias num quadro de democracia participativa, permitindo diálogos estruturados e melhores negociações com os representantes municipais e privados. A comunidade de Portais dos Campos foi a primeira experiência da Rede InterAção na aplicação do método SDI no Brasil, que basicamente consiste na mobilização, organização e fortalecimento da comunidade para transformar a realidade das famílias ao longo de um processo de urbanização do seu bairro. O primeiro passo foi organizar grupos de poupança entre os moradores. Mais tarde, as famílias usaram essas economias para finalizar suas casas, entregues sem acabamentos.

Tabela 1: Censo geral segundo Rede InterAção

Portal do Campo - Osasco - SP	Total
Unidades Habitacionais	302
Moradores	940
Homens	281
Mulheres	297
Crianças	405

Fonte: Autores

Fig.1. Portais do Campo antes, na favela original, e depois, após o processo de reassentamento.



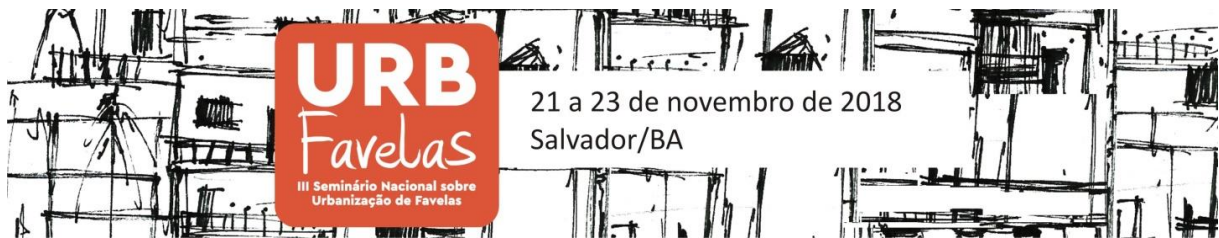
Fonte : Rede InterAção

Fig.2 Reunião de grupos de poupança e fortalecimento da comunidade.



Fonte: Rede InterAção



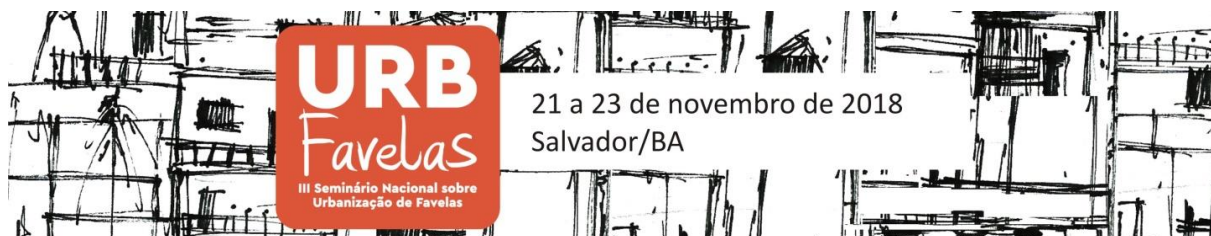


### 2.1.2. Análise dos resultados

As entrevistas com os informantes-chave refletiram um conjunto de tópicos associados à sustentabilidade social presentes nas três diferentes etapas do processo; ou seja, a vida nos barracos da favela original no terreno privado mas desocupado para onde as famílias foram transferidas pelo município (ver fig. 1), o período de construção quando os moradores tiveram que sair beneficiando de um subsídio de aluguel (ver fig.2) e, finalmente, após a realocação e ocupação das novas casas construídas pelo município.

Quanto aos resultados, os inquiridos revelaram uma primeira e surpreendente constatação: a grande maioria dos proprietários considerava as barracas originais como boas ou muito boas. Isto apesar da precariedade das casas, isto é, habitações improvisadas, feitas de madeira e materiais reutilizados, de ocasião. No que diz respeito à condição geral da favela, em sua maior parte, os moradores classificaram-na como mal ou muito mal, relatando graves problemas de higiene. No entanto, apesar de todas essas deficiências, particularmente em saneamento, alguns moradores avaliaram a favela de forma positiva em comparação com a situação atual. Dada a significativa melhoria verificada desde então na prestação de serviços coletivos e na qualidade dos edifícios, esta avaliação pode parecer contraditória. Além da resposta inicial ao questionário, alguns entrevistados destacaram a falta de espaços públicos e pontos de encontro do novo bairro e que o relacionamento social com a família e os amigos "não é mais como costumava ser". Estas observações fazem pensar que para além de todas as dificuldades existentes nas favelas, havia um relacionamento saudável entre vizinhos, algo muito valorizado por todos, e que não terá sido ainda alcançado no novo ambiente urbano resultante da urbanização e substituição da favela. Embora a criminalidade pareça ter diminuído desde os tempos da favela até agora, a sensação de segurança não é necessariamente maior, pois os relatos apontam grande preocupação com o narcotráfico.

O tema da poupança comunitária representa uma das realizações mais consensualmente reconhecidas do processo de reassentamento. Embora nem todos os inquiridos relatarem ter participado dos grupos de poupança, todos consideraram essa iniciativa como "importante" ou "muito importante". Em geral, observaram que permitiu aos donos de casa usarem as economias para completar a execução da moradia. Nesse contexto, os moradores enfatizaram o papel desempenhado pela ONG com destaque para os grupos de mobilização.



Quanto às adaptações feitas pelos moradores no interior das casas, segundo os testemunhos e observação *in loco*, estas foram frequentes, confirmando algumas inaptações das casas como resultado da ausência de comunicação entre os moradores e os arquitetos durante a elaboração do projeto e obra. Os informantes-chave, incluindo o próprio arquiteto e os moradores, lamentaram essa falta de diálogo. À luz das regras do PAC, aos arquitetos não se lhes pedia que concebessem casas adaptadas a cada família ou a responder a exigências específicas, mas apenas que projetassem casas padronizadas e modulares.

O processo de realojamento das famílias deslocadas durante o período de demolição e posterior construção das novas residências foi um dos temas mais controversos. Enquanto alguns moradores aceitavam bem a provisão de um subsídio modesto e a necessidade de olharem sozinhos para um novo lugar para viver, outros reclamam que a quantia era insuficiente e que foram forçados a residir longe de familiares e amigos. Em um ponto os moradores concordaram: mudar para fora da favela representou uma diminuição na dinâmica de mobilização devido à dificuldade de encontrar os membros da comunidade e participar em reuniões. A dinâmica de mobilização foi reativada assim que retornaram ao novo bairro. No entanto, os desafios eram menores e, portanto, não justificavam o tipo e o nível intensidade da atividade das etapas anteriores quando tinham que lutar por novas moradias.

## **2.2. Caso 2. ONG Soluções Urbanas (SU) / Morro Vital Brazil, Niterói - Rio de Janeiro, Brasil**

Em 2009, com o apoio do Instituto Vital Brasil, a ONG Soluções Urbanas iniciou o Projeto Arquiteto de Família na favela Morro Vital Brazil, realizando um censo socioeconômico dos moradores. O censo deu origem ao *ranking* da vulnerabilidade das famílias, fixando a prioridade de atendimento. Desde então, outros parceiros passaram a estratégia apoiar a instituição. Sobretudo um produtor mundial de cimento e uma empresa que doava materiais de construção para serem negociados na *Feira de Trocas Solidárias* (fig.3), estratégia que viabilizava materiais para obras às famílias de baixa renda atendidas, que pretendiam reformar suas casas. Outra empresa fornecia telhas ecológicas sob a forma de chapa ondulada, em troca de embalagens longa vida pós-consumo.

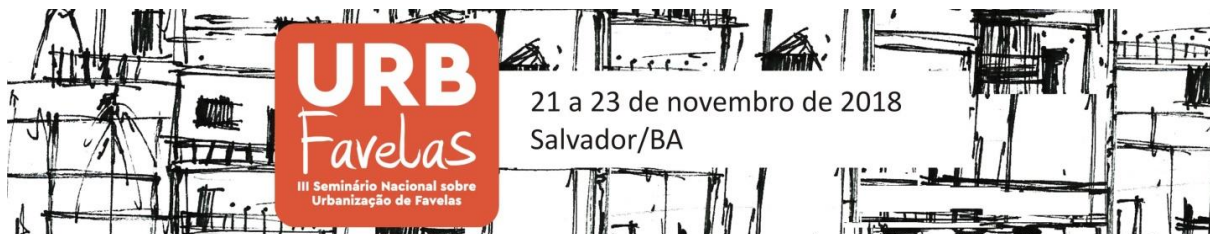


Tabela 2: Censo segundo SU

<b>Morro Vital Brasil - Niterói - RJ</b>	<b>Total</b>
Unidades Habitacionais cadastradas no projeto	351
Moradores	1069
Homens	281
Mulheres	297
Crianças	405

Fonte: Autores

O Projeto Arquiteto de Família oferecia serviços de um(a) arquiteto(a) para cada família participante, passando este(a) a desempenhar o papel de um técnico que prestava assistência durante a ampliação ou renovação das casas. As intervenções começavam com um levantamento arquitetônico e uma avaliação do estado da casa. Um relatório técnico apontava as patologias observadas, os riscos detectados e, em média, três intervenções urgentes. Em seguida, os arquitetos projetavam soluções gerais e estabeleciam um plano para a operação completa. Este plano seria posteriormente revisado e detalhado até chegado o momento da execução. Havia um diálogo constante entre o arquiteto e a família que lhe estava designada durante todo o processo. Além disso, durante a semana da Feira de Trocas Solidárias, reuniam-se os membros da SU e da comunidade. Este era um momento para discutir questões gerais das condições de vida da comunidade, bem como aspectos relacionados com o Projeto. Também foram realizados *workshops* sobre temas relativos a projetos específicos da ONG, tais como (1) mapeamento dos riscos na comunidade, (2) lixo e organização das ações de coleta de resíduos da comunidade e (3) questões de proteção civil.

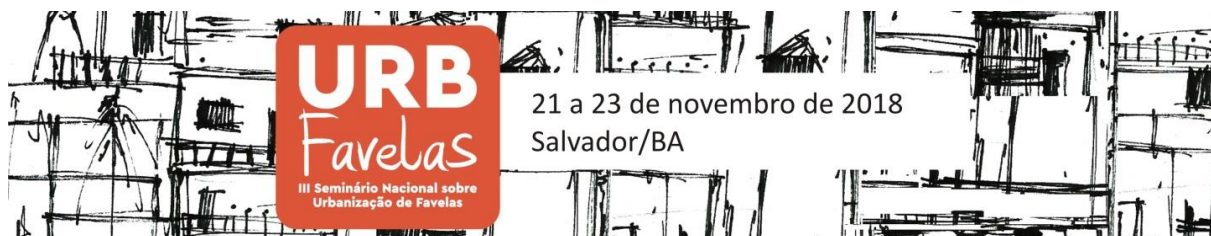


Fig. 3: Feira de Trocas Solidárias pela ONG Soluções Urbanas no Centro Comunitário no Morro Vital Brazil



Fonte: ONG SU

As principais etapas de cada atendimento familiar eram:

- 1) Diagnóstico,
- 2) Identificação das intervenções necessárias e estabelecimento de prioridades,
- 3) Levantamento técnico do edifício e da área circundante de intervenção ,
- 4) Planejamento e concepção da correção dos problemas;
- 5) Acesso aos materiais de construção através da Feira de Trocas Solidária;
- 6) Definição do sistema de gestão: organização da ação comunitária, autoconstrução, autoajuda ou contrato de construção, planejamento e preparação das obras, supervisão da construção, pós-avaliação e ajustamentos.

Até o momento, 170 casas do Morro Vital Brasil, das 351 identificadas, foram objeto de intervenção; o número médio de habitantes por casa é de 3,5 e as obras mais frequentes são as seguintes:

- canaletas de drenagem (fig.4);
- impermeabilização de alvenarias, para evitar a umidade capilar;
- abertura de janelas, para aumentar a ventilação transversal e luz natural, bem como reduzir o calor;
- coberturas, incluindo a introdução de soluções de impermeabilização e de materiais de isolamento;
- reforços estruturais;



- muros de contenção e contenção de declives;
- pavimentação do acesso às casas.

Fig. 4: Projeto Arquiteto da Família. Trabalho de impermeabilização e drenagem.



Fonte: ONG SU

### 2.2.1. Análise dos resultados

Durante as entrevistas, os *stakeholders* apontaram as principais questões de sustentabilidade social presentes ao longo do processo. Confirmaram o papel desempenhado pelos diferentes atores envolvidos nas várias etapas e os obstáculos que tinham de ser superados em cada uma delas. Entre as dificuldades mais comuns relatadas aparece a criminalidade devido à presença do tráfico de drogas. No entanto, a ONG SU estabeleceu um conjunto de práticas sociais que permitiram trabalhar dentro da comunidade num ambiente pacífico e aparentemente seguro. Como, por exemplo, as obras de reforma desenvolvidas através de esforços coletivos que envolvem a participação de dezenas de membros da comunidade e donos de casa - chamados localmente de *mutirões* (fig.5). Conforme descrito por diferentes atores, os *mutirões* serviriam não somente para desenvolver tarefas de construção, graças ao trabalho voluntário coletivo, mas também para fortalecer a rede social.

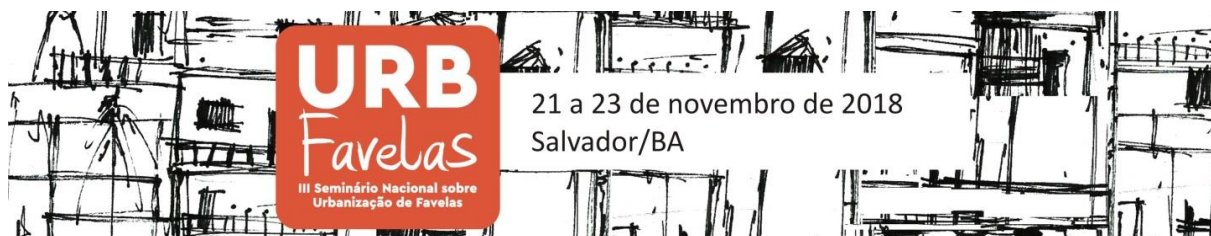


Fig. 5: Mutirão



Fonte: ONG SU

Como afirmado pela maioria dos entrevistados, os ‘arquitetos de família’ que empreenderam os diferentes projetos, com um perfil de jovens profissionais que procuram adquirir experiência numa fase inicial de sua carreira, adotaram uma abordagem social e não apenas técnica, facilitando o diálogo dentro da rede social. Formaram equipes, trabalhando em estreita colaboração com os técnicos sociais da ONG e interagindo com o Programa de Médico de Família, a estratégia de promoção de saúde pública realizada pelo município. Capacitaram os moradores em técnicas de construção e redução de riscos de desastres naturais, organizando grupos de poupança. Em terceiro e último lugar, estes arquitetos aceitaram o desafio de discutir com os moradores os projetos e soluções em todas as suas características e detalhes. A resposta aos pedidos de expansão e melhoria de casas envolveu um intenso diálogo, mas também o uso do desenho técnico e, conseqüentemente, a exigente tarefa de explicá-los adequadamente antes e durante as obras em um exemplo de cruzamento fértil entre arquitetura e assistência social, e que cabe reconhecer no quadro da chamada inovação ou tecnologia social.

O termo “inovação social” é utilizado pelas Ciências Sociais Aplicadas, principalmente, com a intenção de fazer referência a mudanças sociais que visem à satisfação das necessidades humanas, buscando contemplar necessidades até então não supridas pelos atuais sistemas públicos ou organizacionais privados (MOULAERT *et al.*, 2005). No Brasil, embora pouco numerosas as iniciativas consideradas inovações sociais, pode-se destacar as pesquisas e ações realizadas pelas instituições integrantes da Rede de Tecnologia Social (RTS), apoiada

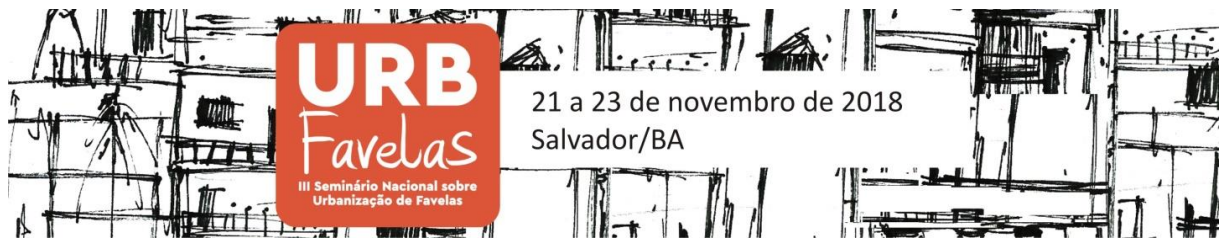


pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia. Cabe ressaltar que o Projeto Arquiteto de Família recebeu da Fundação Banco do Brasil - membro da RTS - em 2013, o Certificado de Tecnologia Social e da FINEP o prêmio de Melhor Tecnologia Social da Região Sudeste.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de caso focados no trabalho de duas ONGs destacaram abordagens sociais distintas, mas, de alguma forma, convergentes para o processo de atualização de assentamentos informais. Em Portais do Campo, a ONG Rede InterAção centrou-se na construção da comunidade através das ações reivindicadoras e grupos de poupança, enquanto no Morro Vital Brazil, a ONG Soluções Urbanas não só tentou envolver a comunidade através de ações conjuntas e solidárias, mas também propuseram caminhar lado a lado com cada uma das famílias, desafiando-as a embarcar em uma relação estreita com um arquiteto que iria prestar assistência técnica em toda a intervenção, desde o diagnóstico, a pesquisas, projeto e reforma. Apesar de sua especificidade, que se refere a objetivos e métodos, resultando em resultados particulares, vale a pena mencionar uma tentativa similar de incorporar instrumentos de inovação social que possam trazer/reforçar a sustentabilidade aos projetos realizados.

O caso de Portais deu uma lição de luta pela segurança da posse da terra e da propriedade relacionada a um local anterior, bem como a preparação para enfrentar as necessidades econômicas de acabamento das casas, eludindo as consequências de um eventual reassentamento distante e a adesão ao princípio de *incremental housing* associado à entrega das habitações inacabadas. O caso da SU no Morro Vital Brazil enfatizou o emprego de princípios ambientais e novas técnicas, ligando os moradores, a comunidade, arquitetos, técnicos sociais, representantes de empresas privadas e acadêmicos em projetos individuais de melhorias habitacionais. Observou-se também que o Projeto Arquiteto de Família buscou estabelecer uma conexão de longo ou médio prazo dentro de uma rede social. Os dois casos revelam um padrão comum de busca da sustentabilidade social através da inovação, traduzido por estratégias e ações de impacto duradouro.



## REFERÊNCIAS

- GREENE, M. and ROJAS, E. (2008) *Incremental construction: a strategy to facilitate access to housing*, Environment and Urbanization, 20: 89.
- HAMDI, N. (2014). *The Spacemaker's Guide to Big Change. Design and Improvisation in Development Practice*. Oxon: Routledge.
- LIZARRALDE, G., JOHNSON, C. and DAVIDSON, C. (2010). *Rebuilding after Disasters. In: Rebuilding after Disasters, From Emergency to Sustainability*. Oxon: Spon Press.
- LARA, F. (2012) *The Form of the Informal: Investigating Brazilian Self-Built Housing Solutions*, in *Rethinking The Informal City*, HERNANDEZ, F. & KELLET, P and ALLEN, Lea (eds), Bergan Books: NYC, pp. 23-38.
- MAGALHÃES, F. & VILLAROSA, F. (2012) *Slum Upgrading. lessons learned from Brazil*. Inter-American Development Bank. New York.
- MARTINS, N. and GUEDES, M.C. (2015) *Incorporating Social Innovation into 'Humanitarian Architecture*, proceedings of the **7th i-Rec Conference 2015: Reconstruction and Recovery in Urban Contexts**, London, available at <https://www.bartlett.ucl.ac.uk/dpu/i-rec/thematic-roundtables/roundtable-3/Martins>, accessed in May 22.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. Thousand Oaks, CA: Sage.[Crossref], [Google Scholar]). Consulted on the 19 of August, 2018.
- Moulaert, F.; Martinelli, F.; Swyngedouw, E; González, S. *Towards alternative model(s) of local innovation. Urban Studies*, vol. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.
- MITLIN, D. and PATEL, S. (2010) *Gender Issues and Slum/Shack Dweller Federations*. In Chant, S. (ed.) *The International Handbook on Gender and Poverty*, Cheltenham: Edward Edgar Publishing.
- PEARLMAN, J. (2010) *Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro*, Oxford University Press.
- YING, R.K (2009) *Case Study Research: Design and Methods*. London: Sage.
- UNISDR, *Como construir cidades mais resilientes: um guia para gestores públicos locais*. Genebra: 2012. [http://www.unisdr.org/files/26462\\_guiagestorespublicosweb.pdf](http://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf)